



PARECERES DO CRLISBOA

Consulta nº 34/2014

CONSULTA N.º 34/20014

Assunto:

Conflito de Interesses - Artigo 94º do EOA.

Questão

Através de comunicação escrita recepcionada nos Serviços do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados no dia 9 de Maio do corrente (entrada com o número de registo), a Senhora Advogada Dra. - , titular da cédula profissional n.º -, veio, ao abrigo do disposto no artigo 50º, n.º 1, alínea f) do Estatuto da Ordem dos Advogados (aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro), solicitar a emissão de Parecer quanto a uma questão de eventual conflito de interesses.

O enquadramento factual, tal como exposto pela Senhora Advogada Consulente, é, em síntese, o seguinte:

- a) A Senhora Advogada Consulente patrocina o Banco A, um dos credores do insolvente, num processo de insolvência pendente, à data da entrada em vigor do Novo Mapa Judiciário, no Tribunal de Comércio de Lisboa.
- b) De entre os inúmeros credores do insolvente, há credores que são também clientes da Senhora Advogada Consulente noutros processos judiciais. Um desses credores é o Banco B.
- c) Ambos os Bancos são credores hipotecários de alguns prédios rústicos e urbanos que integram a massa insolvente.
- d) O constituinte da Senhora Advogada requerente, o Banco A, na qualidade de credor hipotecário, indicou os valores base e a modalidade para venda de três dos imóveis que constituem a massa insolvente.
- e) Em sequência, o Banco B requereu a adjudicação desses três imóveis pelos valores que haviam sido indicados pelo Banco A.
- f) Tal requerimento foi aceite por todos os intervenientes, tendo, por conseguinte, o Administrador de Insolvência aceite a referida proposta e emitido o respectivo título de adjudicação.
- g) Porém, no dia da escritura, o Banco B apercebeu-se que os valores pelos quais havia requerido a adjudicação dos três imóveis eram muito superiores ao valor que pretendia, atendendo ao valor da sua hipoteca e ao facto de se ver obrigado a depositar valor suficiente para pagar os créditos do Banco A, pelo que não outorgou a escritura pública.
- h) Contudo, entende o Banco A que o Banco B não poderá, sem mais, desistir da proposta apresentada, porquanto já foi emitido o respectivo título de adjudicação, entendimento este defendido pela Senhora Advogada Consulente quer junto do Administrador de Insolvência, quer nos autos.
- i) Entendimento que o Banco B não aceita e ao qual se opõe.

Considerando a factualidade exposta, vem a Senhora Advogada Consulente solicitar a emissão de parecer quanto à existência de eventual conflito de interesses, não obstante entender que a mesma não integra nenhuma das situações previstas no artigo 94º do Estatuto.

Da competência consultiva do Conselho Distrital de Lisboa

Nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 50º do Estatuto, compete aos Conselhos Distritais pronunciarem-se sobre questões de carácter profissional que se suscitem no âmbito da sua competência territorial.

A competência consultiva dos Conselhos Distritais está, assim, limitada pelo EOA a questões inerentemente estatutárias, isto é, as que resultam da interpretação e aplicação dos princípios, regras, usos e praxes que regulam e orientam o exercício da profissão, maxime as que decorrem das normas do EOA, do regime jurídico das sociedades de advogados e do universo de normas emergentes do poder regulamentar próprio reconhecido pela lei aos órgãos da Ordem dos Advogados.

Ora, a matéria colocada à apreciação deste Conselho Distrital subsume-se, precisamente, a uma questão de carácter

profissional nos termos descritos, pelo que haverá que proceder à emissão de parecer nos termos solicitados.

Entendimento do Conselho Distrital de Lisboa

O Advogado, no exercício da sua profissão, está vinculado ao cumprimento escrupuloso de um conjunto de deveres consignados no Estatuto e ainda àqueles que a lei, os usos, os costumes e as tradições profissionais lhe impõem.

O cumprimento escrupuloso e pontual de todos esses deveres garante a dignidade e o prestígio da profissão.

No artigo 94º do Estatuto encontra-se regulado o denominado “conflito de interesses”.

Aí estão plasmadas várias categorias de situações geradoras de incompatibilidade para o exercício do patrocínio.

A matéria do conflito de interesses resulta dos princípios da independência, da confiança e da dignidade da profissão e constitui expressa manifestação do princípio geral estatuído no art. 84º do Estatuto, segundo o qual o “Advogado, no exercício da profissão, mantém sempre em quaisquer circunstâncias a sua independência, devendo agir livre de qualquer pressão, especialmente a que resulte dos seus próprios interesses ou de influências exteriores, abstendo-se de negligenciar a deontologia profissional no intuito de agradar ao seu cliente, aos colegas, ao tribunal ou a terceiros”.

Nesta medida, o regime legal estabelecido a propósito do conflito de interesses cumpre uma tripla função[1]:

Defender a comunidade em geral, e os clientes de um qualquer Advogado em particular, de actuações menos lícitas e/ou danosas por parte de um Colega, conluído ou não com algum ou alguns dos seus clientes;

Defender o próprio Advogado da possibilidade de, sobre ele, recair a suspeita de actuar, no exercício da sua profissão, visando qualquer outro interesse que não seja a defesa intransigente dos direitos e interesses dos seus clientes;

Defender a própria profissão, a Advocacia, do anátema que sobre ela recairia na eventualidade de se generalizarem este tipo de situações.

Decorre assim, da norma legal em apreço, que:

“1 - O advogado deve recusar o patrocínio de uma questão em que já tenha intervindo em qualquer outra qualidade ou seja conexas com outra em que represente, ou tenha representado, a parte contrária.

2 - O advogado deve recusar o patrocínio contra quem, noutra causa pendente, seja por si patrocinado.

3 - O advogado não pode aconselhar, representar ou agir por conta de dois ou mais clientes, no mesmo assunto ou em assunto conexo, se existir conflito entre os interesses desses clientes.

4 - Se um conflito de interesses surgir entre dois ou mais clientes, bem como se ocorrer risco de violação do segredo profissional ou de diminuição da sua independência, o advogado deve cessar de agir por conta de todos os clientes, no âmbito desse conflito.

5 - O advogado deve abster-se de aceitar um novo cliente se tal puser em risco o cumprimento do dever de guardar sigilo profissional relativamente aos assuntos de um anterior cliente, ou se do conhecimento destes assuntos resultarem vantagens ilegítimas ou injustificadas para o novo cliente.

6 - Sempre que o advogado exerça a sua actividade em associação, sob a forma de sociedade ou não, o disposto nos números anteriores aplica-se quer à associação quer a cada um dos seus membros.”

Analisemos então a questão colocada.

Em bom rigor, a resposta a dar não passa pelo n.º 1 desta norma, a qual tem por escopo evitar situações de patrocínio, por parte de um Advogado, em questões, relativamente às quais:

- já tenha intervindo em qualquer outra qualidade;
- sejam conexas, do ponto de vista dos direitos a defender pelo Advogado e das realidades que lhes estão materialmente subjacentes, com outras em que represente, ou tenha representado a parte contrária.

Tal como se verifica descrita a situação, o que se passa é algo de diferente: a Senhora Advogada Consulente presta serviços jurídicos ao Banco B em assuntos independentes e autónomos dos serviços que presta ao Banco A, no âmbito do processo de insolvência.

Não existe, pois, identidade material de assuntos confiados à Senhora Advogada Consulente, nem conexão dos mesmos no sentido que tivemos oportunidade de expor.

A chave para se responder à dúvida colocada reside, a nosso ver, na correcta interpretação do disposto no n.º 2 do artigo 94º do Estatuto, nos termos do qual “O advogado deve recusar o patrocínio contra quem, noutra causa pendente, seja por si patrocinado.”

A norma legal em causa tem um âmbito definido: trata-se de evitar que em causas distintas, isto é, sem qualquer conexão entre si, o Advogado seja, simultaneamente a favor de um constituinte numa delas e contra ele noutra.

Em primeiro lugar, refira-se que o conceito de “causa pendente” não diz apenas respeito a processos judiciais, devendo ser entendido como abrangendo qualquer assunto pendente confiado ao Advogado, relacionado ou não com litígios judiciais.

O elemento teleológico do regime estatuído no artigo 94º do Estatuto afasta uma interpretação meramente literal da norma, que nos levaria a limitar o conceito de “causa pendente” a “processo judicial pendente”.

O caso presente, tal como enunciado, levanta a questão de saber se a Senhora Advogada Consulente, no processo de insolvência, se encontra a patrocinar o Banco A contra o Banco B, que a Senhora Advogada Consulente patrocina noutros processos judiciais.

Obviamente que do ponto de vista processual a resposta à questão colocada terá de ser necessariamente negativa.

E para efeitos de aferição de conflito de interesses?

Ora, já neste contexto, entendemos que a resposta a dar terá de ser necessariamente afirmativa.

De facto, os interesses do Banco A e do Banco B são agora conflituantes e antagónicos, no que concerne à questão da adjudicação dos três imóveis de que ambos são credores hipotecários.

Assim, para efeitos de aferição de conflito de interesses, deve considerar-se que a Senhora Advogada Consulente se encontra a litigar em juízo contra o Banco B, também seu constituinte noutros processos judiciais.

Pelo exposto, entendemos, salvo melhor opinião, que a Senhora Advogada Consulente deverá cessar a representação do Banco A no processo de insolvência em curso, por existir conflito de interesses superveniente.

Notifique-se.

Lisboa, 2 de Outubro de 2014.

A Assessora Jurídica do CDL
Sandra Barroso

Concordo e homologo o Parecer anterior, nos precisos termos e limites aí fundamentados,

Lisboa, 2 de Outubro de 2014.

O Presidente do Conselho Distrital de Lisboa
António Jaime Martins

[1] Cfr. Processo de Consulta do CDL n.º 6/02, aprovado em 16.10.2002, e no qual foi relator o Dr. João Espanha.

Relator: Sandra Barroso